

---

**Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças e potencialidades para pensar a educação**

*Post-structuralism and Post-modernism: differences, similarities and potentialities for thinking about education*

Amarildo Inácio dos Santos  
**Universidade Federal da Bahia (UFBA)**  
Salvador-Brasil

**Resumo**

Pós-estruturalismo e Pós-modernismo são movimentos de pensamento usualmente tomados como sinônimos. Este trabalho visa estabelecer, em linhas gerais, diferenças e semelhanças entre eles sinalizando potencialidades para pesquisas educacionais. A estratégia teórico-metodológica foi pesquisa bibliográfica. A principal diferença está no objeto que cada um interroga. No Pós-modernismo, este objeto é o Modernismo. No Pós-estruturalismo, o objeto é o estruturalismo. O Pós-modernismo possui duas vertentes. Uma dedicada ao movimento cultural Modernismo e outra ao período histórico Modernidade, o que o torna mais abrangente e genérico. Já o Pós-estruturalismo foca as análises estruturalistas que nasceram na linguística e expandiram-se para outros campos. Ambas as abordagens têm possibilidades para pensar questões emergentes da educação escolar, sobretudo aquelas relacionadas à produção subjetiva.

**Palavras-chave:** Pesquisa educacional; Pós-estruturalismo; Pós-modernismo.

**Abstract**

Post-structuralism and Post-modernism are movements of thought usually taken as synonyms. This work aims to establish, in general terms, differences and similarities between them, signaling potentialities for educational research. The theoretical-methodological strategy was bibliographical research. The main difference is in the object that each interrogates. In Postmodernism, this object is Modernism. In Poststructuralism, the object is structuralism. Postmodernism has two strands. One dedicated to the Modernism cultural movement and the other to the Modernity historical period, which makes it more comprehensive and generic. Poststructuralism, on the other hand, focuses on structuralist analyzes that emerged in linguistics and expanded into other fields. Both approaches have possibilities for thinking about emerging issues of school education, especially those related to subjective production.

**Palavras-chave:** Educational research; Poststructuralism; Postmodernism.

## **1. Introdução**

Toda pesquisa científica se desenvolve dentro de determinados enquadramentos teórico-metodológicos que academicamente se convencionou chamar de paradigmas epistemológicos. Este trabalho se debruça sobre dois deles: o Pós-estruturalismo e o Pós-modernismo. Muito utilizados em pesquisas educacionais atualmente, são também chamados de Teorias Pós-críticas (Paraíso, 2014), pois se distanciaram, em certos aspectos, das Teorias Críticas de raiz marxista (Paraíso, 2004). O pós-estruturalismo e o pós-modernismo são frequentemente tomados como sinônimos, pois “O campo das ideias pós-estruturalistas/pós-modernistas é difícil de ser definido” (Silva, 1996, p. 138). Esta confusão entre eles justifica este trabalho analítico que buscará estabelecer diferenças e semelhanças.

Inicialmente, é importante destacar que paradigma é um termo polissêmico. Assim, não é tomado neste artigo no sentido de algo que funcione como um selo de qualidade que blinde uma pesquisa de críticas e a autorize a formular verdades definitivas. Em vez disso, os paradigmas são entendidos como “[...] uma visão particular de mundo, segundo a qual atribuímos determinados significados – e não qualquer significado – ao mundo” (Veiga-Neto, 2002, p. 43). Isso equivale a dizer que os pesquisadores fazem escolhas. Um paradigma serve para localizar o lugar a partir do qual um autor fala. Conforme escreve Kuhn, paradigmas são (1997, p. 13): “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Não se trata, portanto, de algo hermético que impossibilite ou obste o pensamento, tampouco de algo perene. É preferível pensar um paradigma como um conjunto de teorias que operam como caixas de ferramentas, uma vez que possibilitam o funcionamento do pensamento (Foucault, 2006), pois não se pode pensar a partir do nada.

Os pensamentos formulados se sustentam sempre em visões de mundo precedentes e das quais os pesquisadores se aproximam por variadas razões em suas trajetórias de pesquisa. Ainda que não se reproduzam fidedignamente estas visões, elas operam como lanternas indicativas de possíveis caminhos, o que não significa impossibilidade de criar caminhos próprios, mas que não se deve ignorar a herança que permite criar outros itinerários. De tal maneira, “[...] queiramos ou não, saibamos ou não – sempre nos localizamos num paradigma, a partir do qual constituímos nossos

entendimentos sobre o mundo e construímos nossas representações” (Veiga-Neto, 2002, p. 43). Conhecer o paradigma a partir do qual se pesquisa facilita a compreensão de como opera o pensamento dos autores.

Este trabalho não tem a pretensão de encerrar o debate ou fixar definições para Pós-estruturalismo e Pós-modernismo, pois, como sinaliza Silva (1996), não há consenso sobre isso. Porém, alguns autores dedicaram obras ao estudo de um e outro, bem como, aos paradigmas que os precederam, o Modernismo e o Estruturalismo, a exemplo de Anderson (1999), Dosse (1993), Habermas (2000), Kumar (2006), Lévi-Strauss (2008), Lyotard (1988), Piaget (1979), Peters (2000), Sim (1999), Williams (2013). Estas e outras produções são utilizadas para estabelecer, em linhas gerais, diferenças e semelhanças entre os paradigmas sinalizando potencialidades para as pesquisas educacionais. Para pensar as contribuições destes paradigmas para a educação este estudou recorreu às produções de autores como Burbules (2012), Corazza (2001), Corazza e Silva (2003), Lopes (2013), Paraíso (2004; 2014), Silva (2007) e Tedeschi e Pavan (2017). A estratégia teórico-metodológica mobilizada foi a pesquisa bibliográfica, haja vista que foram utilizados materiais já elaborados, como livros e artigos científicos (Gil, 2002) para construir os processos analíticos deste trabalho.

## **2. Pós-modernismo**

Inicialmente, cabe destacar que o Pós-modernismo tem duas vertentes, pois toma como objeto o Modernismo, movimento cultural que emergiu no final do Século XIX, e a Modernidade, período que sucedeu a Idade Média. Assim, pode-se pensar nos duplos Modernismo – Pós-modernismo e Modernidade – Pós-modernidade, respectivamente, pois:

‘Modernidade’ e ‘modernismo’ são termos às vezes usados um pelo outro, mas recebem significados diferentes. [...] Entendo por ‘modernidade’ uma designação abrangente de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno. ‘Modernismo’ é um movimento cultural que surgiu no ocidente em fins do século XIX e, para complicar ainda mais a questão, constituiu, em alguns aspectos, uma reação crítica à modernidade (Kumar, 2006, p. 123).

O autor apresenta definições de Modernidade e Modernismo afirmando que, por vezes, são tomados como sinônimos, o que se desdobra sobre os significados de Pós-modernidade e Pós-modernismo. A definição de Kumar (2006), que diferencia Modernismo e Modernidade, é assumida neste trabalho entendendo que ela é uma aceção entre outras.

### **3. Modernismo e Pós-modernismo**

Modernismo, segundo Anderson (1999), é um termo criado e primeiramente utilizado pelo poeta nicaraguense Rúbén Darío, em 1890. Ao cunhar o termo o poeta queria nomear um movimento estético literário que identificou enquanto escrevia para um periódico guatemalteco sobre um embate que acontecia no campo da literatura no Peru. Rúbén Darío observou, em suas pesquisas, que havia uma busca por parte dos autores pela independência da cultura espanhola europeia, o que causou uma ruptura com essas tradições. O termo Modernismo surgiu, destarte, no campo da literatura da América Hispânica e se popularizou posteriormente sendo assimilado por diversas áreas, sobretudo as artes. De acordo com Peters e Burbules (2004), nas artes, o Modernismo se relaciona ao rompimento que os artistas fizeram com métodos tradicionais e técnicas já consolidadas que eram baseadas em suposições dos movimentos chamados Realismo e Naturalismo.

Já o Pós-modernismo, na esteira de Anderson (1999), é um termo que surgiu primeiramente na Espanha, em 1930. Seu criador foi o filósofo e crítico literário espanhol Federico de Onís, que criou o termo para se referir à produção literária que rompia com padrões modernistas e “[...] cuja principal característica foi a nova expressão autêntica que concedeu às mulheres” (Anderson, 1999, p. 10), sinalizando um rompimento de padrões patriarcais de gênero no campo literário. Ainda segundo este autor, o termo Pós-modernismo não ressoou entre os escritores da época só chegando à literatura anglo-saxônica vinte anos depois, quando se popularizou. Posteriormente, o Pós-modernismo se expandiu para outras áreas, como a arquitetura e as artes. No campo das artes, segundo Peters e Burbules (2004), o Pós-modernismo é marcado pela inovação artística e experimentalismo instaurados com a crise da representação, ocasionada por movimentos estéticos como cubismo, dadaísmo e surrealismo. Além disso, o processo de abstração crescente levaria ao movimento conceitualismo, no qual o processo estético é abandonado. Os termos Modernismo e Pós-modernismo, quando se referem ao movimento cultural, surgiram na América Hispânica e Espanha, respectivamente. Isto é, nas periferias do Ocidente, como reação às tradições eurocentradas, então se espalharam pela América e Europa anglo-saxônicas.

### **4. Modernidade e Pós-modernidade**

A outra vertente do Pós-modernismo se debruça sobre o período histórico posterior à Idade Média, conhecido como Modernidade. De tal modo, é preciso compreender o que

é a Modernidade e, para isso, é interessante falar da Renascença. Segundo Kumar (2006), o Renascimento marcou a passagem da Idade Média para a Modernidade e é caracterizado por ser um movimento de natureza cultural, científica e artística que se constituiu em um rompimento com ideais e valores medievais. Esse rompimento se fez à medida que se lançava um olhar para a Antiguidade Clássica Grega com o objetivo de fazer renascer os princípios clássicos gregos. Não se pode afirmar que a Modernidade nasceu durante a Renascença, mas de acordo com Kumar (2006), pode-se dizer que este último movimento contribuiu para que o conceito contemporâneo de Modernidade se tornasse possível. As transformações iniciadas na Renascença criaram as possibilidades para que a Modernidade se concretizasse. Sua contribuição reside no fato de que:

[...] em seu ataque à autoridade dos pensadores medievais e à igreja medieval, formulou novos padrões críticos e racionais que poderiam ser usados contra todas as formas de autoridade intelectual – a dos antigos incluída (Kumar, 2006, p. 114)

A Modernidade, porém, rompeu com esse olhar renascentista, pois não buscava respostas no passado. Assim, em vez de buscar um retorno aos modelos sociais e princípios norteadores da Antiguidade Clássica Grega, o pensamento moderno investiu no futuro buscando a ordem e o progresso, sobretudo por meio da razão, que se desvinculou do Cristianismo e passou a se sustentar na ciência e no método científico.

Kumar (2006) escreve que alguns elementos são centrais e marcaram o início do que conhecemos por Modernidade, como as Revoluções Francesa e Industrial Britânica. Enquanto a Revolução Francesa deu à Modernidade sua forma e consciência, fundamentada na razão iluminista, no pensamento cartesiano, a Revolução Industrial forneceu materialidade à Modernidade. Deste modo, pode-se pensá-la tanto como mudança de ideias e atitudes como mudança das técnicas. Os exércitos de Napoleão disseminaram as ideias da Revolução Francesa por toda a Europa. As marinhas de guerra britânica e francesa, com seu poderio militar potencializado pelas tecnologias industriais da época, como o canhão e a pólvora, disseminaram a ideia de Revolução Industrial por toda a porção ocidental do mundo. Desde então, viver no mundo moderno implica industrializar-se. “Modernizar era industrializar – isto é, tornar-se igual ao Ocidente” (Kumar, 2006, p. 122). Isso marca uma diferenciação entre as nações industrializadas e as não industrializadas, fator decisivo para reconfigurar a Divisão Internacional do Trabalho

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças e potencialidades para pensar a educação*

(DIT) na era do capitalismo industrial, no qual as nações industrializadas (metrópoles) fabricavam e vendiam produtos e as nações não industrializadas (colônias) forneciam matéria prima. Assim pode-se dizer que “Não foi no vigor da Alta Idade Média, nem na explosão da Renascença, tampouco na Revolução Científica do século XVII, mas na Idade da Razão, na segunda metade do século XVIII [...] que nasceu a ideia de modernidade” (Kumar, 2006, p. 123), que marcou um período histórico.

No que se refere ao pensamento filosófico a Modernidade rompeu com a tradição escolástica, principal linha filosófica medieval que associava a fé cristã à racionalidade tomando Deus como medida das coisas e fonte da razão. Esse rompimento foi marcado pela recusa da interferência da fé cristã no pensamento e sua substituição pela crença de que apenas a razão permite construir conhecimento de forma autônoma. Daí a confiança depositada na ciência e no método científico, que assumiram importância central junto ao sujeito racional que emergiu e se tornou a referência, materializada no cogito cartesiano de René Descartes. Acredita-se que, por meio da razão, é possível chegar à verdade não sendo necessário recorrer às explicações divinas. “Significa que parto das ideias e procuro nelas os índices que atestarão que existe na realidade algo que lhes corresponde” (Silva, 2005, p. 13). Deus sai do proscênio e deixa de ser o núcleo em torno do qual o pensamento se erige e orbita. O homem (branco-hétero-europeu) torna-se o centro e a filosofia dá uma guinada ao Humanismo, caracterizado pelo antropocentrismo, cientificismo e racionalismo.

Como a razão tornou-se o elemento central do pensamento moderno, o sujeito cartesiano que pensa, logo existe, se tornou o modelo a orientar o pensamento filosófico. “Descartes opera uma inversão nas perspectivas metódicas, e o faz a partir de concepções metafísicas completamente diversas das que eram até então vigentes” (SILVA, 2005, p. 10). Segundo este autor o pensamento cartesiano é marcado por quatro características principais: dualismo, idealismo, subjetivismo e representação. Dualismo porque para Descartes há duas realidades distintas e independentes: a substância pensante e a substância extensa. Essa característica é importante para compreender a separação que o filósofo opera entre sujeito e objeto, argumentando que o sujeito deve ser o ponto de partida do conhecimento, pois ele o precede. Afinal, para haver conhecimento é preciso que haja, antes, pensamento, isto é, razão. Tomar o sujeito como ponto de partida do conhecimento é admitir que o sujeito é o epicentro de onde irradiam as certezas e que só

a partir dele se chega ao conhecimento verdadeiro sobre a realidade. O sujeito é entendido como sinônimo de pensamento, pois só pode existir aquele que pensa. Então, se o conhecimento parte do sujeito significa que ele parte do plano das ideias e essa é a característica idealista do pensamento cartesiano. “A realidade está sempre primeiramente no espírito, isto é, no sujeito, e se apresenta na forma de ideias” (Silva, 2005, p. 12). A terceira característica é o subjetivismo e diz respeito à hegemonia do sujeito, ao ponto de se considerar que só pode ser conhecido aquilo que tiver sua existência sustentada na subjetividade, tida como realidade fundante do conhecimento. A primazia do sujeito leva à última característica, a representação. Isto é, tudo o que se passa na mente do sujeito. Tudo o que o espírito representa, foi antes objeto de percepção, pois nada pode estar na mente sem ter passado inicialmente pelos sentidos.

Descartes é considerado o pai da filosofia moderna e suas ideias foram amplamente difundidas durante o referido período. Segundo Silva (2005), o pensador buscou reconstruir o saber sobre bases que considerava mais sólidas que as existentes no pensamento filosófico que o precedeu e “A filosofia passa a ser então uma reestruturação do saber enquanto marcha pelo caminho da representação ao encontro da realidade” (Silva, 2005, p. 12). Pode-se dizer, de tal maneira, que o pensamento filosófico moderno era construído sobre (e a partir) de um metadiscurso filosófico-metafísico que explicava e legitimava a ciência a partir de metarrelatos universalizantes como “[...] a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza [...]” (Lyotard, 1988, p. 15). Assim, Pós-moderno pode ser pensado, na filosofia, como reação ao pensamento filosófico moderno, pois marca a ruptura com a crença nos metarrelatos filosófico-metafísicos universalizantes, utilizados para legitimar, entre outras coisas, o primado do conhecimento, do sujeito e do método científico na Modernidade. Para que o conhecimento pudesse avançar, era preciso colocar essas crenças do pensamento moderno sob uma perspectiva crítica, de modo que, “Simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos” (Lyotard, 1988, p. 16).

O Pós-modernismo reage à razão moderna e ao cogito cartesiano que advogam verdades fundantes que poderiam ser encontradas pelo método científico e explicações universalizantes. Em decorrência disso, no que se refere ao pensamento filosófico, Peters e Burbules (2004) escrevem que o Pós-modernismo representa uma transformação em

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças  
e potencialidades para pensar a educação*

relação à Modernidade. Ocorreram mudanças nos valores e práticas vigentes e um novo *ethos* se formou à medida que os pós-modernistas questionavam as verdades que, acreditava-se, poderiam garantir a unicidade do mundo. Isso pôs em xeque o pensamento objetivo da época e os pensadores começaram a perceber que as estruturas de poder, socialmente cristalizadas, produziam binários conceituais do tipo nós/eles, redundando na vigilância de tudo o que escapasse a esses polos dicotômicos e reduzindo a complexa multiplicidade a duas possibilidades. Assim, a razão, a ciência, a arte, a literatura, a linguagem, entre outros, são metarrelatos modernos que passaram a ser interrogados pelo pensamento pós-moderno.

Pode-se dizer, então, que Pós-modernismo “Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (Lyotard, 1988, p. 15). Para este autor, o status do conhecimento mudou quando as sociedades entraram na era Pós-industrial e as culturas na era Pós-moderna. Há, portanto, relação entre as mudanças na economia e na cultura. Para Lyotard (1988), o pensamento Pós-moderno não implica o fim da Modernidade, mas outra relação com o pensamento moderno. Deste modo, o rompimento com os preceitos modernos não significa guerra à razão e/ou uma ode ao irracionalismo. Sem cair no isto ou aquilo, é preferível dizer que “a pós-modernidade revelaria que, na história, a razão foi apenas um relato dentre outros, um grande relato, ao qual se poderia hoje fazer suceder outros relatos” (Foucault, 2005, p. 323), outras formas de racionalidade. Não há abandono da razão, mas descrença de que ela seja infalível e capaz de nos levar ao encontro de verdades absolutas. Talvez, pudéssemos falar em um recalibramento da razão. Do mesmo modo, a ciência moderna é um metarrelato que passou a ser colocado sob suspeita e, assim como a razão, “[...] a ciência virou apenas um jogo de linguagem entre outros: já não podia reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendia nos tempos modernos” (Anderson, 1999, p. 32). Sucintamente, pode-se dizer que na Pós-modernidade não se crê mais em metarrelatos filosóficos, estéticos, científicos, artísticos etc., que sustentam verdades perenes e universais. A descrença nos metarrelatos que sustentavam e legitimavam a ciência abalou suas estruturas e inaugurou a busca por novas abordagens teórico-metodológicas. Novos enquadramentos teóricos para um novo estatuto científico alinhado ao novo arranjo social profundamente alterado pelos avanços tecnológicos que impactaram e modificaram substancialmente a cultura. Nesse sentido,



“O pós-moderno enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes” (Barbosa, 1988, p. 8).

Percebe-se que, independentemente da vertente a qual os pressupostos pós-modernistas se referem (movimento cultural – período histórico), ambos sinalizam a ideia de uma ruptura. Porém, essa ruptura nunca é definitiva, pois o “[...] pós-modernismo é basicamente um ‘conceito de contrastes’. Tira seu significado tanto do que exclui ou alega substituir quanto do que inclui ou afirma em qualquer sentido positivo” (Kumar, 2006, p. 105). Em outros termos, o prefixo pós é ambíguo e pode sinalizar tanto um novo paradigma, que se delinea a partir do anterior e guarda traços dele, como um estado de reflexão intelectual sobre o paradigma anterior. Não há, destarte, uma ruptura definitiva.

### **5. Estruturalismo e Pós-estruturalismo**

No que se refere ao Estruturalismo, Peters (2000) escreve que o movimento emergiu na Rússia pré-revolucionária com o Formalismo Europeu e o Futurismo. Contudo, diferente do Modernismo, ele jamais se constituiu em uma estética artística. Pode-se então dizer que esta é uma das diferenças entre Modernismo e Estruturalismo. Diferente do Modernismo, o Estruturalismo ganhou consistência como uma forma de crítica literária e análise linguística do discurso que substituiu o modelo humanista, que interpretava os textos como expressões singulares de seus autores (Peters, 2000). O novo modelo linguístico concebido por Saussure e Jakobson permitiu analisar cientificamente a linguagem investigando as estruturas presentes em seu interior. Sua origem, portanto, está na linguística estrutural.

Foi Jakobson que primeiramente cunhou, em 1929, o termo ‘estruturalismo’, para designar uma abordagem estruturo-funcional da investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado” (Peters, 2000, p. 22).

Nesse caso, as leis internas de funcionamento do sistema linguístico. Com o tempo, o estruturalismo se expandiu para outras áreas, como a antropologia e a psicologia. Na perspectiva da antropologia estrutural, a realidade é constituída por diferentes sistemas. Sistemas de pensamentos, de culturas, de costumes, de crenças etc., que apesar de diferentes têm a mesma estrutura subjacente que pode ser apreendida pelo método estruturalista. O Estruturalismo poderia revelar elementos que compõem os diferentes sistemas constituintes da sociedade e as leis internas pelas quais eles interagem e fazem o

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças e potencialidades para pensar a educação*

sistema funcionar. A existência de uma estrutura subjacente é tomada como um dado natural, como um *a priori*.

Se, como cremos, a atividade inconsciente do espírito consiste em impor formas a um conteúdo, e se essas formas são fundamentalmente as mesmas para todos os espíritos, antigos e modernos, primitivos e civilizados (como mostra tão claramente o estudo da função simbólica tal como expressa na linguagem), é necessário e suficiente atingir a estrutura inconsciente, subjacente a cada instituição e a cada costume, para obter um princípio de interpretação válido para outras instituições e outros costumes, contanto, evidentemente, que se avance o suficiente na análise (Lévi-Strauss, 2008, p. 35).

O autor assume que a atividade do inconsciente humano é atribuir formas ao mundo e que essas formas, independentemente da cultura, dos costumes, são sempre as mesmas. Então, bastaria apreender a estrutura subjacente de um determinado sistema cultural para utilizá-la para compreender as formas de funcionamento de outros sistemas culturais completamente distintos. O *modus operandi* do Estruturalismo poderia ser assim descrito: o pesquisador assume que existe uma estrutura inconsciente subjacente ao sistema que vai investigar. Assume que essa estrutura é composta por diferentes elementos que compõem esse sistema, seja ele de pensamento, de costumes, de culturas etc. Esses elementos são analisados, não de forma independente, não separadamente, mas apenas nas relações que estabelecem com outros elementos no interior desse sistema analisado. O que o método estrutural busca é apreender e descrever as leis gerais presididas por essas relações entre os elementos internos constituintes do sistema e que o permitem funcionar.

Neste sentido:

Uma estrutura é, por certo, formada de elementos, mas estes estão subordinados às leis que caracterizam o sistema como tal; e essas leis, ditas de composição, não se reduzem a associações cumulativas, mas conferem ao todo, enquanto tal, propriedades de conjunto distintas daquelas que pertencem aos elementos. (Piaget, 1979, p. 8).

O Estruturalismo entende que conhecer a estrutura subjacente a um sistema permite chegar a um princípio de inteligibilidade de seu funcionamento. Esse princípio é a estrutura que já estaria lá, pois seria intrínseca ao sistema, cabendo ao pesquisador apenas descobrir e descrever suas leis internas de funcionamento. Pressupõe, assim, uma verdade fundante.

Segundo Dosse (1993), o grande êxito alcançado pelo Estruturalismo nos anos de 1950 e 1960 se deve a alguns fatores relativos ao contexto histórico, sobretudo o grande desenvolvimento das ciências sociais que se levantaram contra a hegemonia da velha

Sorbonne que dominava e monopolizava os discursos científicos das humanidades. O Estruturalismo buscava superar o excessivo academicismo que silenciava outros discursos e ao se insurgir exerceu dupla função “[...] a de contestação e a de contracultura. O paradigma estrutural demonstrou sua eficácia nesse domínio ao garantir um lugar para todo um saber proscrito, à margem das instituições canônicas” (Dosse, 1993, p. 13). Segundo esse autor, houve diferentes formas de aplicação do Estruturalismo. Estruturalismo científico, representado por autores como Lévi-Strauss (antropologia), Algirdas-Julien Greimas (linguística) e Jacques Lacan (psicanálise). Estruturalismo que pode também ser chamado de semiológico, considerado mais flexível e observável em autores como Roland Barthes (linguística), Gérard Genette (literatura), Tzvetan Todorov (linguística) e Michel Serres (filosofia). Por fim, um Estruturalismo historicizado observado nas obras de Vernant (história) e na terceira geração da Escola dos Annales, movimento historiográfico composto por:

Um pequeno grupo associado à revista Annales, criada em 1929. Embora esse grupo seja chamado geralmente de a “Escola dos Annales”, por se enfatizar o que possuem em comum, seus membros, muitas vezes, negam sua existência ao realçarem as diferentes contribuições individuais no interior do grupo” (Burke, 1991, p. 7).

O Estruturalismo exerceu grande influência em várias áreas e “Algumas delas, como a linguística, a sociologia, a antropologia ou a psicanálise, encontraram com o estruturalismo o meio que lhes permitiu se estribarem num modelo científico” (Dosse, 1993, p. 17). Em outros termos, encontraram no Estruturalismo uma possibilidade de adquirir o estatuto de ciência.

O Pós-estruturalismo, por seu turno, é uma reação ao Estruturalismo. Pode-se dizer que é um “[...] movimento que começa na França no início dos anos 60 e que tem fontes específicas de inspiração no trabalho de dois filósofos alemães, Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger” (Peters, 2000, p. 17). O pensamento destes dois filósofos reverbera visivelmente na produção intelectual de autores como Gilles Deleuze, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Julia Kristeva (Williams, 2013) Félix Guattari e outros. O pós-estruturalismo marca uma ruptura com o estruturalismo. No entanto, esta ruptura não é definitiva, no sentido de abandono de um paradigma e início de algo inteiramente novo. O que marca o distanciamento dos pensadores ditos pós-estruturalistas do Estruturalismo é o fato de este último conceber que se pode chegar a

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças  
e potencialidades para pensar a educação*

um conhecimento seguro por meio da descrição das leis de funcionamento das estruturas dos sistemas, o que transmite a ideia de limites fixos e regulares para o conhecimento. Limites estes que estariam desde sempre lá e que poderiam ser apreendidos pelo pesquisador via método estrutural. Contudo, “Segundo os pós-estruturalistas, esta segurança negligencia os papéis perturbadores e produtivos de limites irregulares da estrutura. O conhecimento não pode ultrapassar esses limites” (Williams, 2013, p. 14) só podendo mudar quando mudam as estruturas tomadas como verdades fundacionais e inquestionáveis. Os conhecimentos estariam, assim, condicionados às estruturas, o que sugere que as fronteiras são consideradas menos confiáveis que o centro, considerado estável e absolutamente seguro. Revelando um dualismo. Para o pós-estruturalismo os centros não são mais confiáveis que as fronteiras, pois estas não estariam ao redor, como um invólucro exterior, mas atravessam os conhecimentos construídos influenciando-os desde o interior à medida que impõem a mudança constante naquilo que foi pretensamente tomado como estável e confiável e colocado no centro, isto é, as estruturas.

Para o pós-estruturalismo, o interior não é mais confiável, significativo e melhor conhecido do que seus limites ou fronteiras externas. A crítica desta distinção leva o pós-estruturalismo bem além das visões estruturalistas, embora deva muito a elas (Williams, 2013, p. 14).

Esse distanciamento do estruturalismo se dá em relação à crença deste na possibilidade de uma estrutura fundante. Isto é, algo tomado como verdade universal, o que o pensamento pós-estrutural não concebe, pois rompe com a metafísica. Neste paradigma de pensamento, verdades só existem como regimes de veridicção que a sociedade produz, aceita e faz funcionar como verdadeiros (Foucault, 1979), a exemplo dos arranjos sociais contemporâneos. Eles não foram sempre assim, mas são aceitos e se faz com que circulem como se esta fosse a única forma possível de organização social. Entretanto, a história comprova o caráter ficcional destas certezas ao mostrar, inequivocamente, que as verdades são filhas de determinadas épocas e só têm valor de verdade nas épocas em que foram criadas e sancionadas como verdadeiras (Veyne, 2011), daí a tendência de estes autores fazerem análises histórico-filosóficas, isto é, fazer filosofia a partir de planos históricos, característica que observamos na genealogia nietzscheana e na arqueogenealogia foucaultiana, por exemplo. A sociedade cria e sanciona regimes de

verdade e então esquece que os criou, porque tem vontade de duração, vontade de verdade (Nietzsche, 2017).

Segundo Peters e Burbules (2004), o Pós-estruturalismo pode ser pensado como uma resposta filosófica amparada no pensamento de Nietzsche e Heidegger. Esta resposta questiona as pretensões científicas do Estruturalismo ao desafiar o cientificismo, o racionalismo e o realismo que este compartilha com o Positivismo e que estavam muito presentes nas ciências humanas modernas. Diferente do Estruturalismo, o Pós-estruturalismo pretende aprofundar a democracia e faz isso tecendo uma crítica política aos valores do Iluminismo. Assim, o Pós-estruturalismo critica as democracias liberais modernas organizadas em oposições binárias que redundam em exclusão. Peters e Burbules (2004) escrevem, ainda, que Jaques Derrida pode ser considerado o pós-estruturalista de fato, pois, segundo os autores, foi ele quem direcionou a crítica mais contundente ao Estruturalismo. Segundo estes autores, para Derrida o Pós-estruturalismo é uma crítica ao Estruturalismo feita de dentro e que busca tomar determinados argumentos estruturalistas contra o próprio Estruturalismo. Por isso aponta inconsistências básicas no método e que foram ignoradas pelos pensadores estruturalistas. O Pós-estruturalismo não deve ser reduzido a um conjunto de pressupostos, a um método, a uma teoria ou a uma escola. Ele deve ser pensado como um movimento de pensamento interdisciplinar que possui muitas vertentes relacionadas (Williams, 2013). A filosofia de Nietzsche, por oferecer uma poderosa crítica à verdade e enfatizar a pluralidade da interpretação, tem importância central para os pensadores pós-estruturalistas, sendo considerada um pilar deste paradigma. Diferentes pensadores, como Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida adotaram compreensões nietzscheanas e as utilizaram em suas obras.

#### **6. Pós-estruturalismo, Pós-modernismo e pesquisas educacionais**

Segundo Paraíso (2004), a partir de 1990 o Pós-estruturalismo e o Pós-modernismo, junto a outras vertentes, nomeadas como Teorias Pós-críticas, começaram a aparecer no campo das pesquisas educacionais brasileiras. Contudo, foi apenas a partir dos anos 2000 que elas se tornaram dominantes, sobretudo, segundo Lopes (2013), nos estudos curriculares. A potência destes paradigmas para a educação reside no fato de que o foco dos pesquisadores que os utilizam é enfatizar as formas como os significados são construídos na (e pela) linguagem e como essa construção depende do contexto histórico para, então, desafiar a universalidade dos regimes de verdade vigentes. Daí decorre a ideia

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças  
e potencialidades para pensar a educação*

de que a verdade é filha de sua época (Veyne, 2011) e é construída na linguagem, que produz e fixa sentidos.

Se a verdade como tal não existe, então a própria noção de um conhecimento considerado verdadeiro a ser ensinado pela escola é questionada. A pergunta: o que ensinar? Torna-se: por que ensinar estes conhecimentos e não outros? O que está em causa são as condições históricas de possibilidade que permitiram que um determinado currículo se estabelecesse como verdadeiro e não outro. Isso sinaliza que o currículo não é neutro, pois ele tem a intenção de produzir os sujeitos demandados pela cosmovisão vigente no tempo em que foi projetado (Silva, 2007). Se os regimes de verdade são filhos de suas épocas, não cabe tomá-los como fundacionais, mas como construções relativamente fixas e inevitavelmente efêmeras que, quando mudam, alteram também os contornos da sociedade.

Os sentidos produzidos pela linguagem são cambiantes, de modo que os regimes de verdade também o são. Do mesmo modo, o currículo não pode ser tomado como um *a priori* absolutamente confiável e livre de interesses, ou seja, neutro. Se os sentidos são construídos na linguagem e o currículo é um ser de linguagem (Corazza, 2001), pode-se dizer que os sentidos presentes nos discursos curriculares produzem as provisoriiedades subjetivas de que falam, produzem sujeitos. Daí o interesse dos estudos curriculares pelas óticas Pós-estruturalista e Pós-modernista para discutir processos de subjetivação via processos de escolarização na atualidade. Nesta perspectiva, “Nem o eu, nem o outro, nem o contexto são identidades *a priori*. O sujeito – entendido como subjetivação – é um projeto inconcluso, um significante circulando a depender de uma significação sempre adiada” (Lopes, 2013, p. 8). Sempre adiada porque os sentidos mudam frequentemente alterando conseqüentemente os sujeitos. Não há lugar seguro a se chegar, só há movimento dos fluxos, das forças em constante embate. Por isso o currículo é uma seleção que engloba não apenas saberes e conhecimentos, mas também valores e sentidos que, combinados, produzem os sujeitos demandados (Corazza; Silva, 2003) em cada tempo histórico. O currículo paralisa os fluxos erráticos ao produzir em nós identidades necessárias para a configuração social vigente.

As chamadas Teorias Pós-críticas, das quais fazem parte o Pós-estruturalismo e o Pós-modernismo, operam uma inversão no que tange às Teorias Críticas precedentes, questionando o sujeito moderno humanista cartesiano-kantiano tomado como sujeito

essencial, autônomo e autoconsciente, que seria a fonte do conhecimento e agência moral e política (Peters; Burbules, 2004). Esta ideia de sujeito está nas Pedagogias Críticas que o tomam como referência levando à construção de agenciamentos binários, como alienado – lúcido. Nessa ótica, “De um lado, teríamos o sujeito alienado, inconsciente das determinações sociais de sua alienação, preso às ilusões da ideologia dominante. De outro, o sujeito consciente, lúcido em determinação externa de sua vida e destino social” (Silva, 1996, p. 146).

Na perspectiva dos pensamentos pós-estruturalista e pós-modernista, e isto é algo que eles têm em comum, não há como pensar em um sujeito consciente, racional, lúcido, como uma essência definitiva e que estaria alienado podendo ser levado à luz pelos conhecimentos transmitidos pela escola que podem emancipá-lo, pois os conhecimentos também não são tomados como verdades, mas como constructos que foram aceitos como verdade. Eles obtêm valor de verdade à medida que se inscrevem em um dispositivo, a ciência. Este raciocínio presente na perspectiva crítica repousa sobre a ideia de que existe uma essência de sujeito a ser libertada pela educação, revelando outro binário conceitual: repressão – libertação. Existe a crença de que a essência do sujeito estaria reprimida pela sociedade, pela ideologia dominante, e que poderia ser libertada pelos processos educacionais críticos. Nesse sentido, “A dialética da repressão e da libertação [...] tão cara à tradição educacional, de Rousseau a Paulo Freire e Piaget – supõe uma visão essencialista do sujeito e da subjetividade” (Silva, 1996, p. 149). Porém, nas perspectivas pós-estruturais e pós-modernistas o sujeito não é um dado *a priori*, mas também ele é um efeito dos discursos.

Para ambos os paradigmas, este sujeito a ser liberto pela educação é uma ficção, pois, não havendo realidade fora da linguagem, o sujeito sequer existe, o que existe são posições de sujeito, haja vista que o próprio sujeito é produto dos múltiplos discursos que falam sobre ele (Foucault, 2012), o que redundava no fato de que as identidades são fragmentadas, pois todos ocupamos múltiplas posições de sujeito a depender dos múltiplos discursos que formam os regimes de verdade vigentes em cada época. A ideia de um sujeito essencial, portanto, é superada pelos pensamentos pós-estrutural e pós-moderno, pois o sujeito essencial pressupõe uma referência que é aceita como norma, como modelo, sem ser interrogada. Estes paradigmas, porém, compartilham a noção de diferença formulada pelas filosofias da diferença nas quais a diferença não é o diferente.

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças e potencialidades para pensar a educação*

Ela não se confunde com a diversidade, pois não é pensada em relação a um referente dado como norma, como no binarismo alienado – lúcido em que a norma é o sujeito supostamente lúcido. Em vez disso, a diferença é pensada em si mesma, sem referente que lhe dê causa de existência. Assim, desfaz-se a lógica hierárquica entre as singularidades, que são dispostas horizontalmente e fazem múltiplas e constantes conexões, como em um intrincado rizoma. Nesta perspectiva a diferença é que é de natureza, não a identidade, conforme escreve Deleuze (2018).

Aqui se pode estabelecer uma conexão entre Pós-estruturalismo e Pós-modernismo, pois, “Em parte, uma ênfase na diferença, e principalmente nas interpretações pós-estruturalistas da diferença, é expressão da desconfiança pós-moderna em relação às ‘metanarrativas’ e discursos unificadores em geral” (Burbules, 2012, p. 175). O Pós-estruturalismo pode então ser pensado como uma resposta teórica que vai ao encontro dos anseios pós-modernos. A crítica feita desde a perspectiva da diferença é muito potente para o campo educacional no sentido de nos alertar para as homogeneidades que são naturalizadas na escola e que frequentemente reduzem a diferença ao diferente, isto é, à diversidade, que nada mais é do que a diferença significada pelas identidades tidas como normais. Em outras palavras, a diversidade é o que a norma diz da diferença. É, portanto, uma produção discursiva sobre a diferença que objetiva homogeneizá-la, assemelhá-la ao que é tido como norma. É por isso que “A diferença não é o diverso. O diverso é dado. Mas a diferença é aquilo pelo qual o dado é dado. É aquilo pelo qual o dado é dado como diverso” (Deleuze, 2018, p. 297). Na perspectiva dos paradigmas aqui estudados, as identidades diversas são discursivamente produzidas, de modo que interessa destacar essa construção e compreender quais jogos de poder estão aí implicados, quais saberes são mobilizados.

De acordo com Sim (1999) é possível identificar os principais pensadores dos dois paradigmas a partir de suas obras da seguinte maneira: pós-estruturalistas: Jacques Derrida, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Derrida direcionou uma crítica contundente ao estruturalismo de Saussure por meio da desconstrução, ferramenta que ele utiliza para estudar a relação entre texto e significado. Foucault direciona uma forte crítica à noção de verdade desnaturalizando discursos e mostrando como eles são produzidos em meio à trama social de relações de saber-poder instituídas em cada época. Deleuze desvincula a diferença da racionalidade clássica e propõe pensá-la em si mesma,



não a partir de referentes naturalizados. Guattari, psicanalista, desenvolve o que chama de esquizoanálise a partir de uma crítica mordaz que, junto à Deleuze, direciona à psicanálise freudiana e lacaniana que estariam a serviço do capitalismo por recalcarem o desejo na forma Édipo. A esquizoanálise tem por base a diferença, como pensada por Gilles Deleuze, assim, não recalca o desejo.

Sim (1999) classifica como pós-modernistas: Lyotard, Habermas, Jameson, Eagleton, Baudrillard, Laclau, Mouffe e Rorty. Lyotard (1988) argumenta a falência das metanarrativas como principal característica da pós-modernidade. Habermas (2000) considera a Modernidade um projeto inacabado que se desdobra no que chamamos de Pós-modernidade. Ele busca reconstruir o passo a passo do discurso filosófico da Modernidade. Jameson (1992) busca atualizar a teoria marxista e, para isso, mapeia diferentes períodos do capitalismo relacionando-os às profundas redefinições sociais produzidas na pós-modernidade. Segundo Sim (1999), os quatro últimos autores classificam-se, ainda, como Pós-marxistas, pois direcionam críticas ao Marxismo visando revisá-lo e ampliá-lo. Os autores não se anunciam ou localizam em um ou outro paradigma. São classificados a partir dos atributos de suas obras.

### **7. Considerações finais**

Este trabalho não tencionou formular e fixar definições para Pós-estruturalismo e Pós-modernismo. Contudo, apesar da dificuldade de estabelecer diferenças e do fato de frequentemente serem tomados como sinônimos, não são a mesma coisa. A confusão se dá por guardarem muitas semelhanças entre si. Porém, o semelhante não é igual, sobretudo na perspectiva das filosofias da diferença. Ambos podem ser pensados como reações teóricas a paradigmas precedentes. Todavia, pode-se assinalar a principal diferença entre eles, o objeto sobre o qual cada um se debruçou. Enquanto os pensadores Pós-estruturalistas se dedicaram a problematizar o legado do Estruturalismo, ampliando gradativamente suas análises, os autores Pós-modernistas direcionaram suas problematizações ao pensamento e aos valores Modernos em diferentes campos, como nas ciências, nas artes visuais, na música, na arquitetura, no cinema, na política, na televisão, na cultura, na filosofia etc. Por isso, é bem comum que o Pós-modernismo seja considerado mais abrangente que o Pós-estruturalismo.

No que se refere às semelhanças entre os paradigmas, elas são muitas, mas pode-se dizer que a principal delas é que ambos desconfiam de verdades aceitas como

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças e potencialidades para pensar a educação*

fundacionais, absolutas e perenes. No Pós-modernismo essa desconfiança se dirige aos metarrelatos científicos, artísticos, estéticos, literários, musicais etc. Já no Pós-estruturalismo, a partir sobretudo de um resgate do pensamento de Nietzsche e Heidegger, a desconfiança é inicialmente direcionada ao Estruturalismo e, posteriormente, ampliada à medida em que se discutem várias questões, como a primazia do sujeito e os regimes de verdade. Em ambos os paradigmas as certezas fundantes e que presidem o pensamento moderno, orientado pela racionalidade cartesiana/kantiana, entram em crise. O que esses autores buscam é descentralizar as estruturas e desnaturalizar as metanarrativas a fim de que novos significados possam surgir. O pensamento pós-estruturalista mobiliza pesquisadores da educação porque possibilita ressignificar sentidos e metodologias, haja vista que o pesquisador pode inventar modos de pesquisar de acordo com sua problemática. Isso coloca a necessidade de não fechar o desenho metodológico *a priori*, pois ele deve ser construído no processo de acordo com as necessidades do objeto e a partir das perguntas de pesquisa formuladas. Vê-se que o método científico perdeu o *status* de que gozava na Modernidade.

Tanto na perspectiva pós-estrutural como na pós-moderna, a natureza do mundo é da ordem da diferença e não há espaço para universalismos, fundacionalismos e essências. O mundo é uma complexa trama de relações de saber-poder no interior das quais as verdades e, a partir delas, as identidades, são construídas. Por isso são sempre provisórias, de modo que o sujeito emancipado, tão buscado pelas Pedagogias Críticas, torna-se uma impossibilidade. Em relação ao poder, ele não está localizado em um ponto específico, no Estado ou em uma classe dominante, o que acarretaria o duplo 'dominante – dominado'. Não significa que não haja relações de dominação e opressão, mas que o poder não é propriedade ou privilégio de alguém, pois, como ele está em toda parte, provém de todos os lados, de modo que só existem relações de poder no interior das quais se constrói o real social.

Diante disso, a postura do pesquisador pós-estruturalista e/ou pós-modernista é a de quem se abre para o imprevisível. Como um cartógrafo que, colocando-se em um terreno desconhecido, mapeia seus contornos irregulares para então conhecê-lo, mas ciente de que esse relevo não é definitivo, pois ele não cessa de ser erodido por forças que sobre ele agem ininterruptamente. Daí a recusa de se apresentar soluções definitivas para as questões educacionais. Nas pesquisas pós-estruturalistas, as metodologias não são

tomadas em seu sentido moderno, mas são modos de interrogar que articulam as perguntas com a produção de informações buscando estratégias para descrever e analisar. Como decorrência dessa postura, é comum essas pesquisas apresentarem, ao final, em vez de soluções ou respostas definitivas, o que se chocaria com as bases dos paradigmas aqui estudados, novos questionamentos, pois o que elas pretendem é desestabilizar regimes de verdade e metanarrativas totalizantes que pintam o mundo de significados estruturantes produzindo efeitos de poder e verdade. Quando mobilizados na educação, o Pós-estruturalismo e o Pós-modernismo têm a potência de fraturar estratos sedimentados, criar linhas de fuga e injetar movimento no que se pretende fixo. Inserir dúvidas naquilo que se apresenta como verdade.

### Referências

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- BURBULES, Nicholas. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA; Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (orgs.). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CORAZZA, Sandra Mara. **O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CORAZZA, Sandra; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2018.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo: o campo do signo**. São Paulo: Ensaio, 1993. V. I.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento (Ditos e escritos II)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Gerir os ilegalismos. In: DROIT, Roger-Pol. **Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit**. São Paulo: Graal, 2006. p.41-52.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- Habermas, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

*Pós-estruturalismo e Pós-modernismo: diferenças, semelhanças  
e potencialidades para pensar a educação*

- JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, sociedade & culturas**, v. 39, n. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. Acesso em 26 abr. 2023.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Lafonte, 2017.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, 2004. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002>. Acesso em 19 mai. 2023.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PETERS, Michael; BURBULES, Nicholas. **Poststructuralism and educational research**. Rowman & Littlefield, 2004.
- PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. São Paulo: Diffel, 1979.
- SILVA, Franklin Leopoldo. **Descartes: metafísica da modernidade**. São Paulo: Moderna, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Pedagogia crítica em tempos pós-modernos. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SIM, Stuart. **The Routledge critical dictionary of postmodern thought**. New York: Routledge, 1999.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Paradigmas? Cuidado com eles! In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

## **Sobre o autor**

### **Amarildo Inácio dos Santos**

Doutor em Educação (PPGEDU-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-FURB). Licenciado em Música (FURB) e em Pedagogia (Faculdade Unyleya). Atualmente atua como supervisor escolar efetivo na Rede Municipal de Educação de Navegantes-SC. E-mail: [amarildoinacio.ds@gmail.com](mailto:amarildoinacio.ds@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9582-9791>

Recebido em: 04/07/2023

Aceito para publicação em: 13/08/2023